

O Psicologismo e a Fenomenologia

Getúlio Nascimento Braga Júnior
Doutorando do PPGF/Bolsista Capes

A primeira obra de Husserl, re-elaborada a partir de sua tese de habilitação, sob a orientação de Carl Stumpf¹ em 1887, é caracterizada como estudos lógicos e estudos psicológicos. A construção da aritmética a partir da análise lógica e psicológica de seus princípios, de modo a encontrar os fundamentos desta ciência nas atividades subjetivas da consciência, parece constituir a preocupação central de Husserl nessa obra. Cumpria esclarecer a origem dos conceitos fundamentais de totalidade, unidade e pluralidade, sem os quais se tornaria incompreensível um trabalho com tais pretensões. No prefácio, Husserl assinala o propósito do livro: depois que a lógica moderna, ao contrário da antiga, concebeu a sua verdadeira tarefa como disciplina prática (como arte do juízo correto), depois que se esforçou por constituir como um de seus fins essenciais uma metodologia geral das ciências, encontrou inúmeros e urgentes motivos de interrogar-se com particular atenção caráter dos métodos matemáticos e sobre o caráter lógico de seus conceitos e princípios fundamentais. Logo adiante observa que também a psicologia moderna se interessou por tais questões, particularmente as que dizem respeito à origem psicológica das representações do espaço, do número contínuo, com resultados nada desprezíveis para a metafísica e a lógica. Eis em sua expressão mais simples o motivo constante do que seria mais tarde a fenomenologia de Husserl: o esforço para evidenciar os conceitos a partir de sua gênese na consciência, através da descrição das atividades constitutivas. Não importa aqui ambiguidade dessa descrição, nem o fato de Husserl recorrer a psicologia para explicar os primeiros princípios da lógica e das matemáticas – o momento pertence inegavelmente à psicologia da consciência – o importante é que as idéias de reflexão e descrição assinalam sem dúvida os inícios da técnica fenomenológica. o trabalho posterior de Husserl irá levá-lo a colocar em novas bases as explicações genéticas, abandonando de vez a psicologia, como ele

¹Como Husserl Stumpf também foi discípulo de Brentano.

próprio reconhecerá no prefácio às *Investigações Lógicas*, em troca de explicações propriamente fenomenológicas.

Quando no capítulo sobre o conceito de número Husserl levanta questões em busca de uma explicação genética para o conceito de número, apresenta-se uma inquirição que permanecerá constante na obra de Husserl, visto que a indagação é um sinal claro de um desejo de se chegar a uma explicação radical para o conhecimento que, inevitavelmente coincidirá com a explicação de sua origem, o que corresponde ao debate entre o lógico e o psicológico. A definição dada ao número é o de multiplicidade das unidades, uma definição clássica, uma vez que Euclides em *Elementos* afirma o número como multidão composta de unidades, definição semelhante a que Aristóteles dá em *Metafísica*, XIV, i, 1088 a. A um conjunto já dado de objetos (ou mesmo a um só objeto) sempre podemos acrescentar mais um objetos, ou n objetos e, considerando o conjunto assim formado, contar seus elementos. Podemos desse modo, argúi Husserl, falar tanto da pluralidade (ou totalidade) quanto de um número definido. Todos os objetos estão ligados subjetivamente por um ato psíquico, por uma atividade contínua que se expressa na conjunção “e”. Daí Husserl considerar psicológica e dependente do sujeito a conexão dos objetos estruturados, sem implicar qualquer relação objetiva entre os elementos. O conceito de totalidade supõe uma atividade de unificação coletiva na qual se recorta o conjunto como algo consciente. A questão envolve uma psicologia dos universais. Embora Husserl não faça menção ao hábito que, dirigida para determinados objetos, estabelece subjetivamente a sua conexão, operando relações universais que os próprios objetos em sua singularidade não saberiam oferecer. A explicação lembra as teses de Hume e de Mill, com a diferença de que estes fundavam a sua explicação numa teoria das idéias concebidas como impressões cujas relações são determinadas pelas leis do hábito e da associação. O princípio de unidade provém de uma atividade sintética do espírito. Esta atividade forma ou produz o conjunto. Husserl quer remontar à origem da representação do número. A numeração – o ato de contar – é o processo mais evidente, ao que parece, de produzir números e de gerar a multiplicidade. Mas se o ponto de partida é a concepção do número como multiplicidade de unidades, que vem a ser multiplicidade? Segundo Husserl, a teoria da abstração é incapaz de explicar o conceito de multiplicidade a partir do conceito de unidade.

No máximo, a teoria da abstração explicaria o que é unidade. Mas não será esta também constituída em relação a uma totalidade da qual cada unidade é apenas um elemento? Para evitar o círculo vicioso, dever-se-ia remontar à operação que liga os conceitos singulares de modo a formar um todo. Na ligação repetida dos conceitos singulares, que se expressa na conjunção “e”, está a gênese do todo. O processo de ligar pode ser repetido inúmeras vezes, estabelecendo assim ligações homogêneas. Segundo a *Filosofia da Aritimética*, é possível se constituir conteúdos discretos, e dos conteúdos que se acabara de constituir pode-se sempre extrair outros conteúdos ou a eles adicionar outros. Um interesse unificante dirigido para o conjunto de conteúdos e ao mesmo tempo, com esse interesse e nele (...), um ato de tomada de consciência fazem sobressair os conteúdos, e o objeto intencional desse ato é justamente a representação da multiplicidade ou do conteúdo do conjunto desses conteúdos separados são simultaneamente e conjuntamente presentes, formando uma unidade, e é com a reflexão sobre esta união de conteúdos separados, união realizada por meio desses atos psíquicos, que nascem os conceitos gerais de multiplicidade e de número “determinado”. Mas como se processa o ato de ligar? Em primeiro lugar, trata-se de um ato contínuo, que pode desdobrar-se indefinidamente como o traçado de uma reta. A multiplicidade é determinada pela ligação coletiva, que é o procedimento homogêneo que acumula iterativamente, sem os abandonar, os elementos adicionados. Há, porém, predicacões acercadas de multiplicidades que não supõem a operação real de somar como um dado originário. Nesses casos, o predicado refere-se a uma multiplicidade já constituída de modo natural. Essa possibilidade leva Husserl a distinguir as multiplicidades propriamente ditas (ou seja, constituídas pelas atividades subjetivas) e as pluralidades sensíveis que apenas, indireta e simbolicamente, podem ser definidas como multiplicidades. É interessante notar que mesmo ao falar da pluralidade sensível, Husserl a considera estrutura constituída de “momentos figurativos” diversos, que adquirem coesão própria graças a uma síntese associativa operada pela percepção. Ao escrever mais tarde sobre o assunto, Husserl não deixará escapar a comparação desse processo constitutivo com a teoria das *Gestaltqualitaeten* enunciada na mesma época por Von Ehrenfels. Correlativamente à distinção acima, pode-se afirmar que existem duas classes de relações: as físicas, que expressam relações de

conteúdo – similitude, igualdade, etc; e as psíquicas, que não se fundam nas coisas mesmas, mas na maneira como consideramos as coisas. É desta espécie de ligação coletiva; não pertence aos fenômenos, é-lhes exterior, porque subjetiva.

Assim, o conjunto é constituído pela adição repetida, segundo o mesmo processo, de alguma coisa a alguma coisa. O conceito de multiplicidade é a representação que considera conteúdos como simplesmente ligados de maneira coletiva. Assim se torna compreensível a definição do número como multiplicidade de unidades. Para chegarmos ao conceito de pluralidade torna-se necessária a atividade espontânea da consciência, pois não podemos atingir de modo passivo a totalidade de partes unidades. Os números seriam uma espécie de relação e só teriam existência enquanto produzidos por uma consciência dos números, da multiplicidade, do geral, do contínuo, depende da consciência psicológica, como também a sua apreensão exige uma reflexão sobre o ato psíquico que a produziu. Esta é, propriamente falando a explicação genética, a qual iria sofrer considerável desenvolvimento na filosofia posterior de Husserl. Encontram-se aqui, segundo Biemel, os elementos essenciais do método fenomenológico: a noção de evidenciação a partir da reflexão, a noção de *constituição do objeto intencional* e a própria idéia do *método*, que consiste em iluminar a essência de uma coisa remontando à origem da sua significação na consciência e à descrição desta origem.

A partir das palavras acima é possível entrever que há um caminho sendo percorrido por Husserl que, culminará na obra de importância radical e genética da fenomenologia, a saber, as *Investigações Lógicas*. Compreender como se dá este caminho pode é acompanhar o momento posterior à crítica que Frege faz à *Filosofia da Aritmética*, no qual Husserl começa a ver claramente que o seu conceito de número está relativamente afetado pelo psicologismo. No mesmo ano em que publicara aquela obra, numa carta a Carl Stumpf, já considerava insuficiente a teoria genética aí desenvolvida. A solução apresentada que consistia em recorrer às operações psicológicas de constituição para explicar a origem da multiplicidade e do número revelou-se falsa, visto que por artifício algum se poderia deduzir do conceito de numeração o conceito de números negativos, racionais, irracionais e complexos. O mesmo acontece, acrescentava ele, para o conceito de grandeza, etc. Atormentava-o antes de tudo uma questão de princípio: como

conciliar a unidade que deve viger numa teoria – conjunto de proposições compatíveis entre si, cujo valor permanece constante, mesmo quando nenhuma ato psíquico o efetue realmente – com a diversidade dos atos subjetivos que a constituem? Como explicar o caráter necessário das estruturas lógico-matemáticas, que impõem a adesão intelectual? Husserl nota, em princípio, que quando se efetuou a passagem das conexões psicológicas do pensar para a unidade lógica do conteúdo do pensamento (unidade da teoria) não se conseguiu estabelecer uma continuidade e uma clareza adequadas. Uma dúvida, pois, se fazia sentir: como conciliar a objetividade da matemática e da lógica com a fundamentação psicológica, se a própria psicologia ainda se ressentia, ao contrário daquelas ciências, de leis extremamente vagas e inexatas? Tais questões vão se apresentar às *Investigações Lógicas*. As estruturas lógicas e matemáticas situam-se em um nível que transcende os limites da simples psicologia. A *Filosofia da Aritmética* admitiria ele ser a lógica formal tradicional um instrumento inadequado para esclarecer os problemas colocados pela ciência da época, especialmente os que diziam respeito à investigação da aritmética formal e da teoria dos conjuntos. Contudo, nessa obra, Husserl recorreu à psicologia para suprir as insuficiências da lógica clássica e fundamentar a constituição das estruturas ideais da matemática (especialmente o conceito de número).

Não era de se estranhar, pois, a crítica que Husserl havia feito às concepções logicistas de Frege, que nos seus *Fundamentos da Aritmética* publicados em 1884, defendera a especificidade das estruturas lógicas em face de pretensões do mesmo psicologismo que mais tarde o próprio Husserl iria combater. A tarefa a que se propõe Frege, dizia então Husserl é quimérica; não admitia que sua obra se perca em sutilezas insignificantes, sem resultado algum, apesar de sua grande penetração crítica. Anteriormente, chegara mesmo a criticar como exemplo de infundada pretensão logicista a frase de Frege que ele próprio subscreveria mais tarde, a saber, a de que o número é tão objeto da psicologia quanto o mar do Norte. Nos *Prolegômenos* Husserl escreve a *mea culpa*: não é preciso dizer que não aprovo mais a crítica de princípios que na *Filosofia da Aritmética* fiz à posição antipsicologista da Frege. Husserl confessou ter sido a leitura de Leibniz que preparou a sua ruptura como o psicologismo, realizada por fim sob a influência de Bolzano e Lotze, e este último também mestre de Frege. Lotze, em *Lógica*

(1874), insistiu sistematicamente no ponto de vista antipsicológico, fazendo distinção entre o ato psíquico de pensar e que existe só como determinado evento temporal. E o conteúdo do pensamento que tem outro modo de ser, o da validade. Seu discípulo Frege também aconselha a que não se tome como definição matemática a simples descrição do modo como se forma em nós certa imagem, nem como demonstração de um teorema o rol de condições físicas ou psíquicas que em nós devem ser satisfeitas para que possamos compreender seu enunciado e ainda adverte que não se deve confundir a verdade de uma proposição com o fato de ela ser pensada. Uma proposição não deixa de ser verdadeira quando não é pensada, assim como o sol não deixa de existir quando se fecham os olhos daquele que o contempla.

Todos esses pensadores compartilham do mesmo interesse pelo mundo das idéias, consideram o único domínio onde de situar corretamente os princípios da lógica e da matemática e, de modo mais, amplo, de toda a ciência. As proposições em si e as verdades em si constituem para eles o ponto axial do conhecimento.

Nos *prolegômenos à Lógica Pura* já se declinam com suficiente clareza os temas das futuras análises fenomenológicas. O psicológico e o lógico, cada qual em sua esfera própria, têm seus direitos reconhecidos. O lógico é vivido (*erlebt*), mas a significação ultrapassa os momentos singulares e subjetivos nos quais a vivência se realiza como um processo real e anímico. Segundo as palavras de Paul Natorp, reproduzidas por Husserl os *Prolegômenos* têm função de levar o leitor a tomar o partido do ideal, no sentido essencialmente platônico. Sem essa tomada de posição, as discussões sobre a essência das leis lógicas e matemáticas – e em particular, a questão da multiplicidade, da espécie e do gênero – arriscar-se-iam a passar por alto o único fundamento capaz de fornecer-lhes a solução adequada.

Era necessário investigar primeiro as leis que regem as conexões e as relações das estruturas ideais e em seguida examinar como esses mesmos conteúdos ideais se dão à consciência psicológica e real. A primeira tarefa deixar-se-ia levar pelo termo desde que se determinasse com rigor a exata natureza das representações e das frases em si, o que requeria sem dúvida uma teoria do conhecimento. É este o tema maior do segundo volume das *Investigações Lógicas*, que desenvolvem, paralelamente às questões estudadas, o método indutivo independentemente da psicologia

requerido por uma investigação com tão vastas pretensões. Predominam, pois aqui, as investigações eidéticas; o método descritivo procura descobrir e fixar a essência da representação. O segundo problema – os conteúdos ideais e universais constituem-se em consciências particulares e reais – requer uma radicalização da atitude fenomenológica: a descrição eidética transforma-se em análise dos atos constitutivos, passando-se assim da descrição da essência das estruturas ideais à descrição das espécies dos atos constitutivos, passando-se assim da descrição da essência das espécies dos atos que permitem a estruturação dessas mesmas consciências. Esta é, propriamente falando, a fenomenologia da consciência; se o momento eidético já traz em si a superação do mundo físico (redução eidética), o momento constitutivo, por sua vez, significa uma nova extensão do eidético (redução fenomenológica), que deve abarcar agora a estrutura total da consciência. O acesso a essa nova ordem de fenômenos é dado pela redução fenomenológica, que desce até à gênese da constituição intencional da consciência.

No prefácio da Segunda edição das *Investigações Lógicas*, Husserl escreve que as *Investigações Lógicas* haviam sido para ele *uma obra de emancipação, de ruptura de emancipação, não um fim, mas um princípio, um começo*². Não pretendem constituir um livro em sentido literário, como reconhece Husserl modestamente, mas uma cadeia de investigações ligadas sistematicamente entre si pelo mesmo procedimento metódico, pela mesma exigência de rigor e de fundamentação. Por isso, acrescenta Husserl, o livro é um contínuo ascender de níveis mais baixos a outros mais altos, um trabalho ascendente na direção de perspectivas fenomenológicas sempre novas, as quais nem sempre deixam as perspectivas anteriores. Essa tendência à perfeição, que no entanto, jamais se alcança, torna-se cada vez maior; o desejo de radicalismo, com uma força paradoxal e inevitável, leva à rigorosa solidão da subjetividade transcendental, da consciência pura. Os esforço de perfeição aparece como uma constante em toda a obra de Husserl; sua presença já se faz notar na discussão com o psicologismo.

² HUSSERL, *Investigaciones Lógicas*, p. 25.

Os Prolegômenos, o Psicologismo e a Lógica Pura.

O conhecimento humano é essencialmente imperfeito. Imperfeição não indica apenas inevitável limitação do conhecimento ou o enorme abismo que se estende entre o que desejaríamos saber e o que efetivamente sabemos – deficiência devida à própria finitude do homem e à precariedade da sua existência; mas pode designar também um traço essencial da atitude teórica e da intenção científica: a delimitação voluntária de um domínio particular como tema de estudo, em detrimento da totalidade. Ora, cada domínio científico oferece uma região peculiar de objetos e de relações submetidas a determinadas leis, cuja natureza varia de um domínio a outro. Por isso cada ciência em particular desenvolve os métodos adequados à investigação desses objetos, e são as próprias exigências do rigor científico que não permitem extrapolar um procedimento adequado a certos fins particulares (domínio de uma ciência) para outros domínios, que, por natureza, requerem métodos diferentes de investigação. Assim, obrigado a ater-se a determinados procedimentos médicos, cujos resultados são a prova da sua eficiência, o cientista interessado em um desses domínios raramente buscará investigar os fundamentos a justificarão e o sentido – do método que emprega com tanta felicidade. Da mesma forma, dirá Husserl, o artista criador, ao produzir uma obra de arte, é guiado mais pela intuição e pelo domínio das técnicas adequadas a este ou àquele trabalho do que propriamente pelo conhecimento teórico do significado ou dos fundamentos da sua arte³. Nesse sentido, a imperfeição inerente às ciências particulares não decorre do conjunto de proposições e teorias formuladas (com os respectivos critérios de verificação), mas por assim dizer da anonimidade que as afeta enquanto ciências constituídas sobre pressupostos metódicos que não chegaram a ser objeto de reflexão crítica. Destarte, diz Husserl, mesmo a matemática, que representa o ideal de rigor de toda a ciência, não escapa à limitação e à imperfeição. Os mesmos investigadores, escreve o mestre, que manejam com maestria incomparável os maravilhosos métodos da matemática e que os enriquecem, mostram-se em muitas vezes incapazes de explicar a

³ HUSSERL, *Investigaciones Lógicas*, p. 39.

exatidão lógica desses método se limites justificados da sua utilização.

Ora, se o esforço de fundamentação de cada ciência particular exige um método diferente do que o usualmente empregado em tal ciência, a par de uma total mudança de perspectiva, é óbvio que as ciências, em si mesmas, são insuficientes para dar-se conta da sua própria realidade. A sua explicação pressupõe uma nova atitude é que as ciências particulares, na totalidade de seu conjunto, podem receber a justificação do seu domínio e a razão dos seus métodos. E se é de fato impossível dominar a ciência em toda a sua diversidade. O mesmo não ocorre quando se trata de compreendê-la em conjunto, na perspectiva de uma mesma intenção fundamentadora. Ora, é essa a tarefa da Teoria da Ciência (*Wissenschaftslehre*). Todavia, antes de se chegar à fundamentação dos métodos científicos, cumpre realizar um primeiro trabalho de superação da multiplicidade das ciências particulares sob o aspecto do seu objeto. Que é, por exemplo, realidade, ou quais os tipos de realidade discerníveis, é tarefa da metafísica dizê-lo. Nesse sentido, a intenção fundamentadora da metafísica supera a diversidade dos domínios e níveis de realidade buscando aí o que há de efetivo e constante. Cuida esta ciência de elucidados pressupostos admitidos pelas ciências particulares, tais como realidade física, realidade psíquica, espiritual, etc., procurando ao mesmo tempo destacar e esclarecer as determinações próprias a cada um desses domínios, como por exemplo, espacialidade, temporalidade, extensão e, nessas determinações, o que constitui, especificamente, a sua essência. Nenhuma dessas questões diz respeito, diretamente às ciências particulares, mas não se pode negar a importância que apresentam para definição dos domínios específicos, que são recortes fundados em domínios mais amplos do real. É evidente que, se esse tipo de fundamentação foge às exigências de cada ciência em especial, nem por isso a sua problemática é ociosa, constituindo, pelo contrário, pré-requisito indispensável à edificação de um método científico rigoroso e plenamente adequado aos propósitos dessas ciências. Ao nível da problemática esboçada nas *Investigações Lógicas*, a fundamentação metafísica não basta para proporcionar às ciências particulares um sólido fundamento teórico. Todas as ciências se defrontam com problemas metodológicos que não podem ser resolvidos no âmbito exclusivo da metafísica. Esta pode elucidar, é verdade, a natureza da

realidade que, de modo geral, constitui, o fundamento para o domínio desta ou daquela ciência, mas, no que respeita a uma teoria do método válida na sua universalidade para todas as ciências particulares, a metafísica nada tem a dizer. Segundo Husserl, à metafísica escapa o fundamento de todas as ciências puramente formais como as matemáticas ou a lógica, cujos objetos são números, conjuntos, e formas que nada têm a ver com o real, mas unicamente com o mundo não-real da idealidade. Mesmo as ciências da natureza, que têm por objeto a realidade material, não saberiam encontrar na metafísica justificação para o seu procedimento metódico: este há de fundar-se na teoria do conhecimento ou mais, precisamente, na Teoria da Ciência (epistemologia). Ora, em sentido puramente metodológico, como se poderia ultrapassar a multiplicidade das exigências particulares de cada ciência em troca de uma fundamentação que as justificasse de maneira absoluta e radical? Por outras palavras: é possível fundar-se teoricamente todo o conjunto do conhecimento humano? Quais as exigências comuns à fundamentação de cada ciência em particular e, de modo mais amplo, de todo o saber em geral? A resposta só poderia ser dada por uma Teoria Geral da Ciência, isto é, por uma disciplina que se apresentasse ao mesmo tempo como idéia e como lógica pura. Mas em que medida tal pretensão é realizável? Em que sentido a lógica pura pode definir-se como teoria universal – ou fundamental – de toda ciência? Notemos, em primeiro lugar, que o conceito e a proposição constituem os elementos primitivos de todo o saber. A proposição expressa a inexistência de um estado de coisas da realidade e, como tal, pretende expressar uma relação de verdade. A forma S é p afirma, por exemplo, a existência de determinado estado p da coisa S , e pode fazê-lo na medida em que esta relação apareça como evidente. Não houvesse evidência, teríamos uma simples menção – pode ser que significativa, mas insuficiente – e não um saber efetivo fundado em razões. Como todo o saber, a ciência aspira a expressar em proposições verdadeiras as conexões e os estados de coisas evidentes. Todavia, não basta à ciência a simples acumulação de proposições como indaga Husserl, não seria capaz de fornecer a base para a unidade de um conjunto de proposições que deve constituir o corpo de uma ciência; seria preciso, para isso, uma unidade de ordem superior, que é, escreve Husserl – *a conexão*

*sistemática no sentido teórico*⁴ – a conexão de fundamentação (*Begründungszusammenhang*). A ciência alcançaria assim uma unidade sistemática bastante complexa, que incluiria tanto os conhecimentos isolados, quanto as próprias fundamentações consideradas em conexões mais amplas. Podem unir-se sistemática e metodicamente entre si proposições compatíveis de modo a constituírem um conjunto definido (teoria), e, do mesmo modo, as próprias teorias podem constituir os elementos de conjuntos mais complexos, que, de forma hierarquizada, tenham, no entanto os mesmos princípios de fundamentação. Ora, é possível pensar-se uma forma altamente abstrata que abarque todas as formas particulares de teoria e de fundamentação. Esta forma é a lógica, que surge como a teoria de todas as teorias possíveis ou, em outras palavras, como a ciência ou teoria da ciência em geral. Nesse sentido, pois, a lógica oferece uma fundamentação verdadeiramente universal que não se liga especificamente a nenhum domínio particular do conhecimento, mas à possibilidade do conhecimento de alguma coisa em geral.

Em relação à idéia de lógica pura em todas as suas implicações é tanto mais difícil quanto se disser que a fenomenologia se inscreve como realização parcial do projeto da mesma lógica pura, ou seja, do saber absolutamente fundado. A fenomenologia só aparece, com efeito, no horizonte da lógica pura; uma análise completa desta pressuporia, assim, um minucioso trabalho de análise de toda a obra husserliana. Possuímos, contudo, uma idéia da lógica pura – ainda que muitas das suas implicações permaneçam latentes – parece-nos igualmente delineado o seu papel na fundamentação apodíctica do conhecimento e na construção da filosofia como ciência rigorosa. Portanto, é possível explicar os problemas fundamentais com se defronta o projeto da lógica pura, onde três problemas apresentam. O primeiro encerra um grupo de questões relativas a uma teoria das teorias, as quais resumem-se para Husserl como fixação das categorias puras de significação, das categorias puras e das implicações de suas leis. Trata-se de determinar os conceitos primitivos que regulam a constituição de uma teoria e que lhes definem a unidade: os conceitos do conceito, de proposição, de verdade, etc., são exemplos desses conceitos de segundo grau. Devem ser igualmente investigados em todas as suas complicações

⁴ HUSSERL, *Investigaciones Lógicas*, § 6, p. 42

os conceitos que definem as relações dedutivas da teoria: relações conjuntivas, dedutivas, hipotéticas, etc., assim como as formas de ligação dos elementos dos diversos tipos de juízo. Todas as combinações e relações possíveis serão levadas à plenitude da sua evidência, à justificação última. Finalmente, ainda que de modo puramente formal, é necessário fixar a exata significação dos conceitos correlativos – objeto, estado-de-coisas, unidade, totalidade, relação objetiva, etc., que pertencem também a este primeiro grupo de problemas. Estes conceitos são as categorias objetivas puras ou formais, *independentes da especificação de qualquer matéria do conhecimento*. A elucidação desses conceitos deve ser entendida em sentido exclusivamente fenomenológico. O segundo grupo de problemas a serem resolvidos pela lógica pura tem como tema o valor do objeto dos conteúdos do conhecimento: verdade, falsidade das significações bem como o modo existência dos objetos e dos estados-de-coisas em geral. As leis dessa *morfologia objetiva* que se referem tanto às significações como aos objetos em geral (em pura universalidade), fundam duas espécies de teorias: a teoria da significação e a teoria dos correlatos objetivos. Ambas supõem um conjunto limitado *de leis primitivas fundamentais, que se enraízam de forma imediata nos conceitos categoriais*, o que equivale a dizer que supõem uma gramática universal dos conceitos primitivos que fundamente, de maneira formal, todas as teorias particulares. Trata-se, como diria Husserl de um *fundo universal* no qual toda a teoria válida determinada haure as bases formais ideais da sua essencialidade: são as leis segundo as quais ela procede e nas quais em última razão, pode ser justificada segundo a sua forma. Chegando-se, enfim, à idéia de uma ciência das condições de possibilidade da teoria em geral. Mas pra que esta idéia possa realizar-se efetivamente, é necessário estender o sue âmbito, de forma a nele incluir a investigação a priori das próprias teorias possíveis, a partir dos conceitos categoriais, que fundam, deste modo, os conceitos, determinantes das diversas espécies de teorias. Husserl denomina esta ciência universal de todas as teorias, *de teoria das formas possíveis de teorias*, ou para empregar a nomenclatura matemática já consagrada de *teoria pura da multiplicidade*. A constituição de semelhante teoria é a terceira tarefa atribuída á lógica pura. A teoria da multiplicidade aparece assim como a ciência fundamental, com a função de investigar todos os tipos essenciais de teorias possíveis, de modo que todas as teorias reais são

especificações ou eventualmente singularizações das formas teóricas correspondentes, da forma que todos os domínios do conhecimento teoricamente investigados são conjuntos particulares. Deste modo, Husserl chega à idéia do domínio de conhecimento definido como correlato objetivo da teoria: *o correlato objetivo da teoria possível do conhecimento em geral que deve ser manipulado através de uma teoria de tal forma*. Esta concepção é de fundamental importância no desenvolvimento ulterior da fenomenologia: o domínio já aparece aqui como o prolongamento intencional de uma teoria de matrizes ideais (significações puras), que o próprio sujeito constitui de forma necessária, segundo leis puramente ideais, no fluxo das suas vivências. Por conseguinte, a relação entre a teoria e o domínio temático de objetos ao qual aquela se aplica deve ser definida fenomenologicamente.

É a esta altura que se torna necessário dar à lógica pura nova extensão, a fim de que as ciências empíricas possam colocar-se também sob seu domínio. Também as ciências empíricas tornam efetiva e real a idéia de teoria. Toda a ciência se define pela explicação dos seus fundamentos e é esta explicação que constitui a idéia de teoria. Ora, as ciências empíricas são irredutíveis à forma dedutiva das ciências ideais, embora não possam prescindir das leis que elas estabelecem. Os fatos, que constituem o universo material das ciências empíricas são contingentes, quer dizer, *mutáveis*, como podem ser objeto de teoria ou de ciência? O problema platônico conserva a sua atualidade. Mas Husserl não relega o contingente à esfera da opinião, ao contrário, pensa recuperá-lo na sua mesma precariedade. As ciências de fato não são absorvidas pelas eidéticas – Husserl lembra, por exemplo, que a ótica teórica não esgota todo o conteúdo da ciência ótica, ou que a mecânica matemática é apenas uma parte da mecânica – mas são mantidas no horizonte da própria experiência sensível, dando-se-lhes o reconhecimento do seu valor. A natureza dos objetos empíricos, oposta à dos ideais, origina leis e métodos de estrutura diversa, adequados a um tipo de realidade que jamais é absoluto. Husserl julga assim, que toda a teoria nas ciências experimentais é simplesmente uma teoria suposta, por que as explicações desta ciência jamais têm o caráter de leis fundamentais e absolutas, mas somente de leis prováveis. *As teorias empíricas não oferecem certeza, mas a probabilidade*⁵. O conhecimento dos fatos

⁵ HUSSERL, *Investigaciones Lógicas*, § 72, p. 210.

nunca é completo, porque há sempre a possibilidade de que novas experiências modifiquem a teoria; esta tanto pode ser confirmada quanto contraditada: corre um risco permanente. A teoria empírica, portanto, é essencialmente aberta e o conjunto das suas proposições é essencialmente incompleto. Como a ciência a priori da probabilidade é perfeitamente possível, a teoria pura do conhecimento experimental cai sob o domínio da lógica pura, sem que se deva modificar a definição desta ciência para nela incluir a realidade empírica. Deixe-se porém claro o seguinte: a extensão da lógica pura é eminentemente formal, e os conceitos e as leis que se aplicam aos conteúdos empíricos possuem a mesma natureza a priori e formal dos que se aplicam ao domínio da idealidade, isto é, são também concebidos como condições ideais e necessárias de possibilidade da experiência empírica. Os conteúdos desta é que são contingentes, visto que são fatos singulares e repetíveis. Mas a sua repetição, a sua experiência não se dá ao acaso, senão que obedece a uma estruturação invariável, a uma regra a priori dentro de cujos limites – e somente aí é concebível a variação. A hipótese empírica está submetida a normas de caráter ideal que não podem ser alteradas pelos fatos, pois expressam a própria estrutura – da experiência sensível, e o que é experimentado (o fato) só pode contradizer ou confirmar o que tenha sido anteriormente experimentado porque a estrutura da experiência não se modifica juntamente com o experimentado. Por isso é possível conceber-se uma teoria pura do conhecimento experimental, aplicada, por um lado à descoberta das leis que regulam o desempenho do fato contingente (o experimentado enquanto tal, ou variações enquanto prováveis, que equivaleria aqui a uma teoria pura da probabilidade e voltada por outro lado à fixação dos conceitos de experiência sensível, evidência, verificação, etc., que definem os limites e o alcance desse conhecimento. O que se conclui a partir deste raciocínio é, como diria Husserl, que *também no domínio do pensamento empírico, na esfera das probabilidades, deve haver elementos ideais e leis, nas quais se fundamenta o a priori, a possibilidade de ciência empíricas em geral do conhecimento probabilístico do real (der Wahrscheinlichkeitserkenntnis von Realem).*

Bibliografia:

- FLEISCHER, Margot. *Filósofos do Século XX*. Trad. Benno Dischinger, RS: Editora Unisinos, 2000.
- GILES, Thomas Ransom. *História do existencialismo e da fenomenologia*. São Paulo: EPU, 1989.
- HEIDEGGER, Martin. *A Essência do Fundamento*. Edições 70, Lisboa, 1988.
- HESSEN, Johannes. *Teoria do Conhecimento*. Trad. João Vergílio Gallerani Cuter. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HUSSERL, Edmund. *A Crise da Humanidade Européia e a Filosofia*. Trad. e Intr. Urbano Zilles, 2 ed. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2002. (Coleção Filosofia Vol. 41).
- _____. *A Filosofia como ciência rigorosa*. Trad Albin Beau. Pref. de Joaquim de Carvalho. Coimbra: Ed. Coimbra, 1952.
- _____. *Ideas*. Translated by W. R. Boyce Gibson. London: George Allen & Unwin LTD, 1969.
- _____. *Ideas Relativas a una fenomenología pura y una filosofía fenomenológica, traducción del alemán José Gaos, Fondo de Cultura económica, 1962*.
- _____. *Investigaciones lógicas*. Traducción del alemán Manuel García Morente y José Gaos. Madrid: Biblioteca Revista de Occidente, 1976.
- _____. Edmund. *Meditaciones Cartesianas*. Traducción José Gaos & Manoel García-Baró. México: Condo de Cultura Económica, 1996.
- KELKEL, L Arion & SCHÉRER, René. *Husserl*. Trad. Joaquim Coelho Rosa. Lisboa: Edições 70. (Biblioteca Básica de Filosofia), 1982.